

As Pombogiras e o Comitê de Ética em Pesquisa: acertos, acordos e encontros na encruzilhada

HUMBERTO MANOEL DE SANTANA JÚNIOR

<https://orcid.org/0000-0001-9678-8549>

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro - RJ

SANTANAJRHUMBERTO@GMAIL.COM

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a experiência etnográfica de uma pesquisa com as Pombogiras e os encontros e desencontros até a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual de Campinas (CEP/Unicamp). A pesquisa foi construída a partir da noção de “acertos” para compreender a relação construída entre as Pombogiras e as pessoas, a partir do pensamento apresentado pelas próprias Pombogiras. Por se tratar de uma etnografia construída a partir da perspectiva apresentada pelas Pombogiras, sendo assim, do espírito que ocupa o corpo do sacerdote ou da sacerdotisa, foram se construindo alguns obstáculos em relação ao CEP/Unicamp. Foi a partir do desafio de como incluir um espírito dentro da formalidade, e conseguir a autorização para realizar a pesquisa, que foi possível fazer uma reflexão ainda maior sobre a relação entre a pesquisa em Antropologia e o CEP.

Para entrar em campo construímos nossos acordos, a partir de um diálogo e na perspectiva do encontro, em que é preciso encontrar e ser encontrado pelo campo. A construção desses acordos deve ser feita em composição com as exigências do próprio campo. Ao realizar uma etnografia com Pombogiras, que são entidades que abrem os caminhos, foi preciso além dos acordos para entrar em campo, fazer alguns “acertos” com elas para ter autorização e tirar os obstáculos dos caminhos. Após realizar os “acertos”, a falta de compreensão sobre uma etnografia com espíritos fez com que o CEP/Unicamp se tornasse um obstáculo. Dessa forma, foi preciso construir acordos com o CEP/Unicamp e “acertos” com as Pombogiras para que fosse possível construir essa pesquisa. “acerto” é um conceito próprio do campo que será apresentado ao longo do artigo. O artigo propõe uma reflexão sobre a possibilidade de um encontro entre o campo, as Pombogiras e o CEP/Unicamp, pois assim como é preciso seguir a formalidade do CEP, também é preciso que o CEP conheça um pouco das especificidades de cada campo.

Pedindo licença para entrar na encruzilhada

Não se passa por uma encruzilhada sem pedir licença, pois lá tem moradora, e a Pombogira vai estar lá para abrir ou fechar os caminhos. Sendo assim, para que fosse possível realizar a etnografia, foi preciso respeitar e pedir licença para as Pombogiras. A etnografia que deu origem a esse artigo foi construída, principalmente, a partir do encontro com Dona Padilha, Dona Mulambo, Dona Maria e Dona Sete Saias nas “giras”. Dona Padilha e Dona Mulambo são entidades que “vem em terra” no Doté Ricardo Ajibossu para estabelecer a comunicação do lado espiritual com o lado encarnado. Dona Maria *vem em terra* no Babalorixá David Moura. Dona Sete Saias “vem em terra” no corpo da Ialorixá Obadeyi Carolina Saraiva. As Pombogiras vêm para ajudar, trabalhar, pois estão a serviço do Orixá dos sacerdotes e da sacerdotisa. Todo Orixá tem seus Exu que são seus servos, mensageiros das divindades e que podem ser de quantidade variável a partir da divindade que estão ligados (Bastide, 1961).

Exu e Pombogira são entidades ambivalentes e se apresentam de acordo com o que as pessoas acreditam, assim como, a partir da relação com eles construídas. Eles podem tanto ser o protetor para quem o aciona, o defendendo de um mal lançado por um inimigo e impedindo a aproximação de entidades maléficas, quanto pode ser como o diabo no encalço do inimigo (Carvalho, 1994). Eles são o protetor de quem os procura por ajuda, defendendo-os, e ao mesmo tempo, são eles que vão guerrear atacando o inimigo que enviou algum feitiço.

As Pombogiras são as meretrizes, portanto as mulheres da rua, enquanto os Exus são os homens da rua, e ambos se apresentam na encruzilhada, podendo abrir ou fechar caminhos (Serra, 2001). Eles apresentam mais que o poder espiritual, pois realizam uma relação iconoclasta entre ordem e poder por meio de gestos, atos, ações espirituais e físicas que zombam continuamente das hierarquias sociais (Cardoso, 2004). As pessoas procuram as Pombogiras para se consultar, saber se precisam fazer algo para tirar obstáculos do caminho, mas também, para uma ajuda na conquista de seus objetivos.

A Pombogira faz a comunicação entre as divindades e os homens, e a encruzilhada torna possível o encontro dos diferentes sem excluir a diferença (Anjos, 2006), sendo parte da composição. A encruzilhada é o ponto de encontro de diferentes caminhos que não se tornam uma unidade, mas sim pluralidades (Anjos, 2008), estabelecendo e sendo a própria comunicação. A encruzilhada é, ao mesmo tempo, ponto de encontro e escolha de novas possibilidades, bem como, também o início e o continuar do caminho, é onde se constrói, mas também, onde se pode fechar os caminhos. Na encruzilhada o bem e o mal são partes da composição. Nessa composição, o risco e a tensão vão ser sempre constante. A encruzilhada é antes de tudo, movimento.

As encruzilhadas, sejam abertas ou fechadas, são partes das noções espaciais que constroem toda uma cartografia nas religiões de matriz africana (Anjos, 2006). A encruzilhada é a própria comunicação e as Pombogiras são a materialização dessa comunicação. Dona Padilha afirma que ela é um espírito que encarna no Doté Ricardo, e que assim como ela, somos espíritos encarnados. Em suas palavras, “eu sou um espírito encarnado no meu cavalo. Assim como, você também é um espírito encarnado. Eu sou do

lado espiritual, mas estou aqui desse lado, através do meu cavalo”. Somos então espíritos encarnados, mas isso não quer dizer que somos espíritos encarnados da mesma forma. Somos espíritos que se compõem de forma diferente com o mundo encarnado, uma vez que, segundo Dona Padilha, para ela só existe “parede” quando ocupa o corpo do Doté, fora dele, ela pode estar em qualquer lugar.

Ela explica que, como são espíritos, podem entrar em qualquer lugar, atravessar qualquer parede. Elas transitam entre o lado encarnado e o espiritual, sem serem vistas pela maioria dos encarnados. Somente quando ela ocupa o corpo do “cavalo” que pode ser vista por todos. É nesse momento também que ela deixa de entrar em qualquer lugar e a parede apresenta um limite, pois o corpo também é uma parede para o espírito da Pombogira. Este corpo que, ao se tornar parede, limita os movimentos, torna possível o movimento do espírito dos encarnados. O corpo é um ponto de encontro que proporciona que a Pombogira seja vista por todos no lado encarnado. É o espírito que se comunica com o lado encarnado, mas sem o corpo, o espírito segue transitando livremente e pode entrar em qualquer lugar.

A Pombogira é este espírito que transita entre o lado espiritual e o encarnado, sendo o corpo, a materialização da comunicação e ao mesmo tempo o limitador de seus movimentos. As pessoas que ocupam o lado encarnado também são espíritos encarnados, mas nesse caso, o espírito necessita do corpo para ocupar este lado. Enquanto o espírito da Pombogira é livre para transitar entre os lados e pelo movimento se mantém viva, os espíritos das pessoas no lado encarnado necessitam do corpo para ser sua morada. O corpo apresenta um limite para a Pombogira, e garante a existência de outros espíritos no lado encarnado. Ambos são espíritos encarnados, mas enquanto a Pombogira transita, sendo o próprio movimento entre os lados, o espírito das pessoas do lado encarnado é vivo ocupando um corpo. O espírito da Pombogira reside no movimento, e o movimento do lado espiritual para o encarnado permite que o espírito habite o corpo dos encarnados.

Dona Padilha afirma que tudo é espiritual. Somos espíritos encarnados que ocupam lados diferentes nessa encruzilhada, mas isso não impede que a Pombogira esteja presente em ambos os lados. O que a Pombogira nos propõe é compreender a composição dessa encruzilhada a partir da sua própria perspectiva. É o encontro na encruzilhada que pode tornar visível a comunicação entre o espiritual e o encarnado. O encontro no corpo do Doté que cria um limite para Pombogira, é também, o que torna visível o espírito para todos no lado encarnado.

Os “espíritos são pontos de vista que encarnam corpos” (Anjos, 2006:119), mas que não se fazem presentes somente pelos corpos que ocupam. As Pombogiras são espíritos que encarnam corpos, mas também são espíritos que estão entre nós sem encarnar corpos e fazendo da encruzilhada sua morada. Devemos compreender que encarnar corpos faz parte de uma composição criada a partir do movimento. Nesta composição, somos espíritos encarnados que ocupamos o lado encarnado através do movimento do espírito, “não somos seres, somos vibrações, efeitos de ressonância, ‘tonalidades’ de diferentes frequências” (Lapoujade, 2012:11).

O caminho proposto por Dona Padilha, de que somos espíritos encarnados, encontra ressonância com a noção de que espíritos são pontos de vista que encarnam corpos (Anjos, 2006), com a ideia de que somos vibrações de diferentes frequências (Lapoujade, 2012). Logo, o corpo é deslocado da referência, para entrar o movimento. O corpo se apresenta como uma espécie de território em con-

fluência em que a comunicação entre o lado espiritual e o encarnado cria o movimento. No corpo do Doté Ricardo, existe a confluência do seu espírito e do espírito de Dona Padilha. Enquanto para Dona Padilha o corpo proporciona um limite – já que são “paredes” para seu espírito –, para o lado encarnado, o corpo possibilita que o espírito do Doté ocupe este lado, sendo que o movimento do espírito é que garante a composição.

É possível refletir que enquanto o corpo apresenta um limite para a Pombogira, é o espírito que apresenta um limite, ou melhor, um obstáculo para conseguir a autorização do CEP/Unicamp. Assim como, para a Pombogira é preciso ressaltar a importância do espírito, sendo ela mesmo o espírito que fala e apresenta suas ideias, Gersem Luciano (2019) aponta que é impossível um pensamento indígena sem levar em consideração a dimensão espiritual. O antropólogo apresenta que a ciência eurocêntrica não consegue realizar um encontro com o conhecimento indígena, por não reconhecer a importância da dimensão espiritual que existe em outras formas de pensamentos.

A antropologia reconhece a existência dos espíritos e os inclui nas suas pesquisas, sendo assim, é preciso um conhecimento que se aproxime e se encontre de fato com os pesquisados. É possível construir um diálogo entre Gersem Luciano e as Pombogiras sem que o espírito seja um obstáculo, pelo contrário, se torne o movimento que permite esse encontro. O encontro entre o espiritual e o encarnado pode construir o movimento que retira os obstáculos do caminho.

Para o CEP/Unicamp o espírito representava um limite, e se materializa a partir da necessidade da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Se toda a pesquisa seria realizada com os espíritos, o que representa a assinatura de um TCLE pelos sacerdotes e pela sacerdotisa? Enquanto o limite do corpo apresentado pelas Pombogiras é uma composição que se estabelece através do movimento, o limite para o CEP é de ordem estática, e dessa forma, não consegue ser composição com o campo em que é realizado a pesquisa, e muito menos estabelece uma comunicação. A ordem estática do CEP/Unicamp se estabelece mesmo com todos os movimentos realizados por diversos antropólogos para contribuir com a importância de reconhecer que existem especificidades na pesquisa etnográfica que precisam ser levadas em consideração. As reflexões e os trabalhos referentes a essa questão da ética na pesquisa serão apresentados mais adiante.

A Pombogira apresenta um mundo que se estabelece pela comunicação entre o lado espiritual e o encarnado, e que o movimento é parte fundamental dessa composição. O movimento torna o encontro possível, logo não seria possível nem dar início a pesquisa com as Pombogiras sem dar ênfase ao espírito. No caso dessa pesquisa fica ainda mais evidente, pois são as Pombogiras que apresentam seu pensamento para que seja feita a interpretação pelo antropólogo. Utilizo interpretação no sentido musical, como quem interpreta uma nova versão de uma música que lhe foi apresentada.

Dialogando de forma verdadeira com as Pombogiras e com Gersem Luciano é necessário para o melhor desenvolvimento das pesquisas, que o CEP saia da lógica estática entre o lado espiritual e o encarnado, para dar ênfase ao movimento, e estabelecer um movimento que torne possível a composição com o campo de pesquisa. É importante que o espírito seja parte da composição do CEP, fazendo com que o CEP se liberte dessa prisão estática e se permita o encontro através do movimento que gera a comunicação. Nessa pesquisa foi possível aprender que o encontro é uma composição de desencontros

que se cria em movimento. O CEP precisa ser composição nessa encruzilhada, construindo assim uma pluralidade de pensamentos no encontro entre esses diferentes caminhos, colocando um pouco de espírito no CEP, pois a pesquisa é movimento, é viva, e apresenta seus próprios caminhos.

Nessa pesquisa, o encontro entre as pessoas e a Pombogira foi tratado pela perspectiva das Pombogiras, logo do espírito. Não é somente um encontro entre as pessoas e as Pombogiras, é, antes de tudo, o encontro entre espíritos que transitam entre o lado espiritual e o encarnado, e os que ocupam o lado encarnado. A Pombogira é este espírito que, ao transitar entre o espiritual e o encarnado, mantém viva a comunicação. É um encontro entre espíritos que torna possível a comunicação entre os lados, fazendo da “gira” uma encruzilhada.

Os encontros das pessoas com a Pombogira proporcionam a possibilidade de seguir na busca do equilíbrio em suas vidas, bem como, da retirada de obstáculos do caminho para um objetivo ser alcançado. A partir dos encontros surgem a possibilidade de construção dos “acertos” entre a Pombogira e as pessoas, sendo ela a intermediária entre o lado espiritual e o encarnado, é então, o próprio movimento para que o “acerto” seja criado.

“Acerto” é um conceito apresentado pelas Pombogiras e Exus como uma espécie de acordo que vai se apresentar de diferentes formas ao longo do trabalho de campo. Os “acertos” são acordos firmados com a Pombogira e que têm a necessidade de ser constantemente confirmado e renovado. Os “acertos” não podem ser confundidos com negociação, uma vez que não podemos pressupor que as partes estão em igualdade. Vale ressaltar que, a noção de negociação traz uma conotação capitalista e que pode passar a ideia de que as entidades fazem negócios esperando algo em troca, quando não é essa a relação. Diferente da ideia que a noção de negociação pode trazer, o “acerto” não se estabelece na troca, mas sim, na participação mútua na composição do acordo. É preciso que as partes construam juntos e o resultado é o compartilhamento de ações entre o lado espiritual e o encarnado. Se através da composição podemos construir “acertos” para a retirada dos obstáculos, numa constante comunicação com o lado espiritual, mesmo de forma assimétrica, será que não podemos construir um “acerto” que contemple a Pombogira e o CEP? A partir da noção de “acerto”, podemos pensar uma forma de construir um acordo que respeite tanto as Pombogiras, quanto o CEP? Para alcançarmos essa reflexão, primeiro façamos um movimento de reflexão sobre o Comitê de Ética da Pesquisa e a pesquisa antropológica.

“Arreda homem que aí vem mulher”: a encruzilhada, pombogira e o CEP

A pesquisa que originou esse artigo foi construída através do método etnográfico acompanhando, principalmente, as giras de Dona Padilha e Dona Mulambo, no Centro das Culturas Afro-Brasileiras Ilê Axé Obalúwaiyé Azanssun, em Brasília, e as de Dona Maria, no Ilê Axé Obá Ti Ogum, no Rio de Janeiro. Todo o processo metodológico da pesquisa seguiu a perspectiva das Pombogiras. Para entrar em campo foi preciso construir “acertos”. Primeiro, construir “acertos” com Dona Maria, no Ilê Axé

Obá Ti Ogum, para ter autorização e a proteção para seguir com a pesquisa. No Centro das Culturas Afro-Brasileiras Ilê Axé Obalúwaiyé Azanssun, foram construídos novos acertos com Dona Padilha e foi dado continuidade aos “acertos” com Dona Mulambo.

Depois de construir os “acertos” para ter os caminhos abertos e ter a autorização do lado espiritual para dar início a pesquisa, era preciso construir os acordos sobre o trabalho de campo com as Pombogiras. Pedi autorização as Pombogiras para fazer a pesquisa, e elas me autorizaram. O passo seguinte foi conseguir a autorização do CEP/Unicamp. O trabalho de campo foi iniciado após a aprovação do CEP/Unicamp em julho de 2020 e finalizado em fevereiro de 2021. Recebi a autorização do CEP/Unicamp somente no quarto ano do Doutorado. Foram duas negativas devido ao fato de que o CEP/Unicamp não conhece as noções do campo, assim como a necessidade do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para verificar que o espírito autorizou fazer a pesquisa. Foram desencontros que, para serem criados, foi preciso construir outros “acertos” com as Pombogiras e o lado espiritual para que o TCLE fosse aceito. Com os “acertos” construídos, foi necessário construir acordos com o CEP/Unicamp.

Antes de adentrar as questões específicas em relação ao trabalho etnográfico e o CEP/Unicamp, é importante ressaltar que os marcos regulatórios principais são as Resoluções CNS 196/96 e, posteriormente, CNS 466/12, que deu origem ao sistema composto por uma rede nacional de CEP, centralizado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) enumerou diversos problemas postos para as ciências humanas e sociais apresentadas pela regulamentação biomédica em uma moção publicada dia 25 de outubro de 2011 (Schmidt, 2015).

Diversas pesquisas apontam para o problema da fundamentação da regulamentação baseada numa lógica bioética, sendo assim, se apresenta de forma inadequada, uma vez que os problemas éticos são relativos a pesquisas clínicas e experimentais na área da saúde, bem como às práticas de poder do sistema CEP/Conep (Sarti, 2015).

A questão da ética sempre foi fundamental para a Antropologia, e é preciso sempre afirmar que os questionamentos não são contra a necessidade de se discutir ética, mas sim de compreender os termos a partir das especificidades da produção científica, principalmente no que tange a relação pesquisador e pesquisado. É importante ressaltar que a ética do respeito, no trabalho de campo sempre esteve presente nas discussões no processo de formação profissional nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil. A partir de trabalhos clássicos até hoje tornam sem razão a necessidade de proteção ética dos comitês em inquisitoriais que atuam no país (Castro Santos & Jeolás, 2015: 12).

Em nome da defesa ou proteção da ética na pesquisa são descartados anos de pesquisas e dedicação a ética na antropologia, sem que ao menos um diálogo seja criado. O curioso é que a prática etnográfica nunca foi livre e sempre levou em consideração a questão ética, mas os comitês não levam em consideração essas reflexões produzidas (Strathern, 2000). Isso acontece mesmo com a intenção de diversos antropólogos em melhorar o sistema e qualificar a discussão. A defesa da ética em nome de uma proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas responde não somente pela lógica bioética, mas também está ligado a interesses acadêmicos e econômicos das instituições de pesquisa e pesquisadores, uma vez que as aprovações dos protocolos de pesquisa por sistemas de regulação da ética em pesquisas

são utilizadas como requisitos para assinatura de contratos e convênios, bem como para investigações e produção de patentes (Schmidt, 2015: 118)

Em defesa de interesses neoliberais a regulação da ética acaba deixando a discussão sobre ética de lado e não leva em consideração o extenso debate sobre a temática no campo da antropologia. A ética é utilizada como forma de auditoria em que as instituições devem fazer com que seus objetivos se articulem por algo como uma declaração de missão que as universidades se sentem compelidas a seguir (Strathern, 2000). As reflexões de Marilyn Strathern e Maria Luisa Schmidt nos provocam sobre o avanço da lógica neoliberal que cria espécie de amarras, não somente através do controle da ética, mas que nos faz refletir sobre as imposições institucionais da Capes, bem como seus indicadores de qualidades.

Aqui podemos fazer uso da noção de feitiçaria capitalista (Pignarre & Stengers, 2005), enquanto um sistema que captura, distorce e cria armadilhas. Vivemos em um mundo que nós temos a crença da predominância da racionalidade, enquanto os outros acreditam em magia. Segundo apresentados pelos autores ao atacarmos a noção de progresso, estávamos atacando a ideologia que garantia o domínio capitalista, mas o domínio não perdeu sua força. Associamos assim, a nossa impotência frente a eficácia desse sistema a uma espécie de ataque feitiçeiro, deixando de lado a noção de ideologia e a crença ideológica que torna possível o domínio funcionar. Enquanto para as comunidades com as quais o tema dos ataques feitiçeiros são preocupações constantes, ao utilizarmos a noção de ideologia ficamos vulneráveis. Não conseguimos compreender os dispositivos de captura que produzem a impotência, enquanto as sociedades que praticam a magia aprendem a reconhecer, a compreender seus procedimentos para se proteger e até contra-atacar. Devemos pensar, não em ilusão ideológica, mas sim nessa eficácia feitiçeira. Mas para que essa reflexão seja possível devemos compreender e levar a sério a noção de magia e feitiço como é apresentado pelo pensamento das Pombogiras, por exemplo, enquanto um domínio das forças e energia que compõem a nossa existência. É através dessa eficácia feitiçeira que, por exemplo, transformam a noção de “desenvolvimento sustentável” em “crescimento sustentável”. Dessa forma, a noção de ética também é esvaziada.

É importante ressaltar que a relação do antropólogo com a comunidade pesquisada se apresenta não somente como um problema ético e metodológico, mas também epistemológico, pois se estabelece em respeito as condições de acesso ao outro, sendo importante compreender como cada cultura explica a si mesma (Sarti, 2015: 87-88).

As pesquisas em antropologia levam em consideração as diferenças culturais e os acordos são construídos em meio ao trabalho de campo, pois é preciso conhecer os termos da comunidade para que sejam respeitados. É na relação entre as culturas que o conhecimento científico é produzido na antropologia. Dessa forma, o além de tensionar o CEP/Conep, foram criadas alternativas como a da antropóloga Soraya Fleischer (2018) que apresentou um relato da sua experiência compondo o Comitê de Ética em Pesquisa de Ciências Humanas (CEP/IH) da Universidade de Brasília. Como partícipe do CEP/IH ela deixou nítido que não submeteu e nem exige que estudantes sob sua orientação submetam e incentiva colegas a não submeter. Ela defende que essa é uma postura ética e política, uma vez que, mesmo que o sistema proponha avaliar as questões éticas dos projetos de pesquisa, para nós da

antropologia não é possível dissociar a proposta metodológica de suas repercussões éticas (Fleischer, 2018: 474).

Em defesa da ética e a imensa contribuição no campo da antropologia ao tema, mesmo fazendo parte do CEP/IH não orientava a submissão dos projetos de pesquisa. Essa posição política e ética não é garantida aos estudantes da Unicamp, pois é assinado um documento afirmando que vai submeter a pesquisa, sendo um pré-requisito para agendar a qualificação.

Soraya Fleischer apresenta importantes reflexões sobre a experiência de fazer parte do CEP/IH, dentre elas a utilização das pendências não como um impedimento da pesquisa prosseguir, mas na construção de um diálogo com a pesquisadora, com o intuito de entender melhor o que era previsto no projeto e evitar que fosse classificado como não aprovado (Fleischer, 2018: 483). Como exemplo para a necessidade de diálogo através das pendências, Soraya Fleischer apresenta a possibilidade da não utilização do TCLE por escrito pelo pesquisador, mas que poderia ser apresentado de forma oral. Logo, seria importante que o pesquisador explicasse seu planejamento metodológico.

Pode parecer uma simples ação, mas esse posicionamento vai de encontro ao CEP/Conep que se ergueu como sistema de controle da produção científica no país, em que os pesquisadores são alvo de uma vigilância em nome da defesa dos “participantes” da pesquisa (Sarti, 2015).

O TCLE é outro ponto importante abordado por Soraya Fleischer, pois interfere diretamente nas negociações que ocorrerem constantemente em campo nos trabalhos etnográficos, e por diversos aspectos impossíveis de prever antes da entrada em campo. “Na Antropologia, em geral, o TCLE incomoda pela sua estranheiridade, porque é uma forma de negociar a presença em campo, que não é própria de nossa área, que provém de outras formas de fazer pesquisa, geralmente do mundo clínico” (Fleischer, 2018). O TCLE ou uma forma de consentimento formal e anterior a entrada em campo, pode causar grandes dificuldades no trabalho de campo por ser uma imposição que por vezes não dialoga com as formas de negociar existentes em diversas comunidades. Aqui podemos utilizar a discussão apresentada por Roy Wagner (2017) e Marilyn Strathern (2000) em que o domínio das técnicas e a especialidade utilizada pela antropóloga Soraya Fleischer é uma espécie de uso da magia e feitiços do antropólogo frente ao processo de captura da ética pelos CEPs.

A partir dessa discussão sobre o CEP, podemos retornar à experiência etnográfica que tornou possível a reflexão que originou esse artigo. No dia 13 de julho de 2020 o trabalho de campo foi iniciado, com o compromisso de ter os TCLEs assinados pelos participantes antes da defesa. Ao chegar ao Centro e conversar com Dona Padilha, avisei que já estava autorizado a começar a pesquisa. Dona Padilha me questionou sobre quem mais, além dela precisava autorizar? Ela deixou nítido que já tinha autorizado e que meu “acerto” Padilha me falou que eu já tinha a autorização dela e de Obaluaê – Orixá do Doté Ricardo – então qual o motivo de continuar querendo mais autorização? Neste momento percebi que o ponto de vista institucional que eu segui poderia ser questionado, assim como o foi por Dona Padilha.

Na minha trajetória acadêmica já estava acostumado e muito bem familiarizado com as exigências institucionais. Sempre as compreendi como parte da formação acadêmica, mas a partir do desenvolvimento dessa etnografia comecei a estranhar algumas exigências que não levavam em consideração

o contexto de cada pesquisa. Iniciado o trabalho de campo somente a partir do marco institucional, outro problema surgiu: quem assina o TCLE? Se a pesquisa é com as Pombogiras, quem assina? A partir do ponto de vista institucional, o Doté Ricardo, o Babalorixá David e a Ialorixá Carolina Saraiva devem assinar o TCLE, mas não é com eles que a pesquisa é realizada, mas sim com os espíritos que ocupam seu corpo. Como pedir a assinatura de um documento para comprovar a autorização de algo que as Pombogiras já autorizaram? Como impor um contrato escrito para um espírito, que não escreve e constrói seus acordos de forma oral através da confiança conquistada? É importante ressaltar que o CEP/Unicamp aceitou que o consentimento da pesquisa fosse gravado, mas essa solução esbarrava numa questão importante: as Pombogiras não permitiam nenhuma forma de gravação. Era preciso encontrar uma forma criativa para construir um acordo que contemplasse as Pombogiras e o CEP/Unicamp.

Da forma que está configurada, a regulamentação ética está longe de estimular o rigor e o exercício da ética, mas sim de impedir a inventividade e a criação nas possibilidades de resolução dos problemas éticos a serem enfrentados com base nas relações de confiança que vai sendo contruída entre o pesquisador e os seus interlocutores na pesquisa, levando a uma espécie de conformismo que contraria que torna o conhecimento possível e desejável (Sarti, 2015: 94-95). Dessa forma, ao invés de procurar uma solução criativa para os problemas apresentados em campo, pode simplesmente incorrer em exigir a assinatura de um contrato de serviço e da cessão de direitos de imagem e voz por uma pessoa que não sabia ler, e que acaba sendo um documento legal que autoriza a utilização de voz e imagem (Víctora, 2012). De acordo com a regulamentação ética imposta pelos CEPs, a ética foi cumprida, mas a população que fez parte da gravação e realização do filme não ficou contente com a forma que foi conduzida.

A confiança entre o pesquisador e a comunidade pesquisada é construída no decorrer do trabalho de campo, e é parte da construção da pesquisa reconhecer a criatividade e as formas de pensamento existentes nas comunidades pesquisadas (Wagner, 2017; Strathern, 2017). É relevante ressaltar que para o desenvolvimento da etnografia não é importante que o antropólogo aprenda uma nova cultura para colocá-la ao lado daquela que já conhece; mas que antes a assuma, proporcionando uma experimentação que possa transformar o seu próprio universo (Wagner, 2017). Ao me permitir o encontro com a perspectiva das Pombogiras, percebi que estávamos tratando de percepções bem diferentes. Pela perspectiva das Pombogiras não era necessária nenhuma outra autorização, muito menos um contrato escrito que não tem valor nenhum para elas. O que elas precisavam era que fossem criados “acertos” que deveriam ser cumpridos por mim. Afinal, é sobre a construção desses “acertos” que versa esta pesquisa. Desse modo, como o pesquisador vai deixar de criar acordos com os próprios termos do campo?

É na relação com o campo que os conceitos antropológicos podem ser utilizados em sua potência para a pesquisa. Esses conceitos são relacionais, porque as comunidades que pesquisamos têm suas próprias elaborações, que possibilitam a criação de novas formas de compreendê-los. Dessa forma, é preciso entender que, assim como os pesquisadores são seres criativos, não se pode negar a parte criadora da comunidade pesquisada (Wagner, 2017).

As Pombogiras criam sua cultura, inventam as suas relações e pensam. O trabalho de campo é relacional e apresenta suas especificidades, enquanto o antropólogo tem o compromisso de criar e es-

crever com a realidade experienciada. Como as Pombogiras também criam e constroem suas relações, deveriam ser levadas em consideração. Para levar a Pombogira a sério é necessário compreender os seus conceitos como expressão de um mundo possível exprimido por ela, no qual o possível passa por uma verificação para que ele seja validado como real ingressando nesse mundo, não com o intuito de explicá-lo, mas de multiplicar nosso mundo povoando-o desses mundos exprimidos que existem a partir de suas expressões (Viveiros de Castro, 2002). Esse era o meu compromisso, tratar as Pombogiras com a seriedade que se requer.

Levar a Pombogira a sério e não negar a parte criadora da comunidade é reconhecer suas formas de pensamento a partir de sua própria noção de pessoa. Ao olharmos para as Pombogiras precisamos compreender que devemos ir além da noção de pessoa na crença da unidade do eu que fundamentou o pensamento do Ocidente (Mauss, 2017), e compreender outras noções que contemplem o pensamento das Pombogiras. Podemos construir um diálogo com a noção de ser presente na filosofia africana, pois se aproxima mais da noção de pessoa construída pelas Pombogiras e assim, pode ajudar na compreensão do CEP de como lidar com esse tipo de pesquisa.

Placide Tempels (2005) afirma que os Bantus o aspecto dinâmico do ser é destacado, pois o ser é mais do que aquilo que tem força, ele é força. Os Bantu acreditam na existência de muitas forças diferentes, visíveis e invisíveis. As forças vivem em interação, e essa interação é denominada de magia. Ainda segundo Tempels, Muntu é o equivalente a pessoa na filosofia ocidental. Muntu é a força viva, força pessoal, e se apresenta como superior as dos seres animados. Dessa forma, a maior entre as forças criadas é o homem, enquanto Muntu, pois ele regula as outras forças viventes. Vicent Mulago (1965), aponta que os Bantu compreendem o ser como união vital. Sendo assim, a união vital é o laço que une os seres vivos e mortos, sendo resultado de uma composição de uma realidade comum que une entre si muitos seres.

A partir dessas noções de pessoa é possível construir um diálogo mais próximo da pessoa enquanto composição de elementos materiais e imateriais, incluindo o orixá principal e um número variável de orixás secundários, bem como Exu (Goldman, 2023), sendo assim diversos elementos, espíritos, divindades e entidades compõem a pessoa em sua multiplicidade.

Durante a pesquisa, as Pombogiras foram me apresentando o mundo através de suas perspectivas, o que me gerou o esforço de compreender que, assim como não era com o Doté Ricardo que eu estava falando, mas com Dona Padilha, era também dessa forma que deveria entender seu pensamento. Foi preciso tirar o corpo da referência e mudar a perspectiva do corpo para o movimento gerado pelo espírito, uma vez que não era o espírito do Doté, mas sim o espírito de Dona Padilha ou Dona Mulambo que me apresentava sua forma de pensar. Eu não deveria compreender esta relação entre o espiritual e o encarnado a partir do corpo, mas sim, da perspectiva do espírito. Essa mudança de perspectiva me provocou a não pensar somente pelo olhar institucional – que para mim é comum devido aos anos dedicados à vida acadêmica –, mas compreender a relação com o institucional a partir da perspectiva das Pombogiras.

A partir das vivências, do desenvolvimento do trabalho de campo e do esforço para compreender a perspectiva da Pombogira, os questionamentos em relação às exigências institucionais foram aumen-

tando. Percebi que o “ato ‘seguro’ de tornar o estranho familiar sempre torna o familiar um pouco estranho. E, quanto mais o familiar se torna estranho, ainda mais estranho parecerá o familiar” (Wagner, 2017:37). Ao me permitir o encontro com a Pombogira, a sua perspectiva que me era estranha foi se tornando familiar, bem como o lado familiar da instituição foi se tornando estranho para mim.

Aquele mundo familiar do olhar institucional para a pesquisa foi se tornando estranho no momento em que percebi uma relação unilateral, em que o pensamento da Pombogira não poderia ser incluído. A própria movimentação entre o que era familiar e o que era estranho, me fez compreender a importância de deslocar a referência entre a perspectiva institucional e da Pombogira, deslocando-os da referência fazendo do próprio movimento a referência. Mesmo seguindo a exigência do CEP/Unicamp e iniciando o trabalho de campo após o dia 13 de julho de 2020¹, levando em consideração a hesitação de quais experiências são autorizadas para serem levadas a campo, o questionamento sobre o início do trabalho de campo foi aumentando.

Nesse sentido, esse movimento desajustado entre o familiar e o estranho é utilizado por Roy Wagner (2017) para explicar a criatividade na antropologia. Utilizando esse mesmo caminho, é importante mais uma vez não se prender aos pontos de referência familiares ou estranhos, mas, antes, ao movimento desajustado que pode tornar possível a criação da ética entre o campo e o CEP/Unicamp.

Se a partir dessa etnografia compreendi que o lado espiritual e o encarnado não estão separados, mas vivos através do movimento do espírito, então era preciso assumir essa forma de pensar para transformar meu universo. Da mesma forma, tentar compreender qual experiência pode estar ou não autorizada a ser levada para o campo é tentar demarcar mais uma vez quando começa o campo. A partir da mudança de perspectiva proporcionada pelas Pombogiras, foi possível compreender que, ao tentar marcar o início do trabalho de campo, deixava de lado o importante movimento das experiências. Ao entrar em campo com as exigências do CEP/Unicamp levei a perspectiva institucional para a “gira”. Mantendo o movimento, o que será que o CEP/Unicamp pode levar dessa pesquisa?

Desafios do campo

O principal desafio encontrado no trabalho de campo foi justamente compreender, de fato, a perspectiva da Pombogira. Somente após um tempo de trabalho de campo, foi possível efetivamente escutar o que as Pombogiras diziam quando afirmavam que elas estavam a nossa volta, que elas ocupavam a rua e que a “gira” era somente um dos momentos em que todos conseguiam visualizar a sua presença no corpo em que ela encarnava. Elas explicavam o tempo todo a relação com espiritual e como as pessoas não podiam deixar o lado espiritual enfraquecer. Mas foi quando Dona Padilha me elucidou que tudo é espiritual que comeci a compreender sua perspectiva de forma mais profunda.

Compreender a perspectiva da Pombogira foi perceber que o campo não poderia ser somente no Centro, pois deixaria de lado parte da força delas. A rua é o seu território, a encruzilhada a sua morada, e a sua presença se estabelece pelo movimento. É no deslocamento que está a presença das Pombogiras.

¹ Por se tratar de uma pesquisa realizada em meio a pandemia de covid-19, as giras foram realizadas de forma restrita e exigindo que as pessoas permanecessem isoladas para a sua realização. As giras chegaram a ser suspensas por um período. As recomendações de realização ou não das giras eram dadas pelas Pombogiras.

Em outras palavras, é o movimento do espírito que garante a comunicação entre o lado encarnado e espiritual, assim como, é este movimento do espírito que permite que os corpos habitem o lado encarnado.

O trabalho de campo é construído a partir de uma composição de composições. É uma etnografia que se constitui como encontro, como movimento entre o espiritual e o encarnado que faz do deslocamento a presença. É nesse deslocamento que a presença do espírito pode ser vista ou sentida no lado encarnado. É, também, na composição como encontro, como movimento, que se faz presença através do deslocamento entre terreiros, bem como na rua. Estes movimentos próprios do campo, tornaram-se movimentos entre terreiros e encontros nas ruas, fazendo do movimento e deslocamento a referência desta etnografia. Esta composição de composições também é percebida entre as quatro Pombogiras, em que o deslocamento tornou possível o movimento de encontro do pensamento dessas Pombogiras, criando a composição da perspectiva da Pombogira que nasce desse movimento.

Foi ao perceber esta perspectiva que compreendi que enquanto procurava o campo, o campo estava a minha volta. Não conseguiria fazer o trabalho de campo somente em um terreiro, pois ali é o encontro marcado, mas elas tinham outras formas de se fazer presentes. Dessa forma, outros terreiros foram sendo incluídos, os encontros na rua passaram a compor a pesquisa, e a “gira” foi se multiplicando. Foi preciso perceber que enquanto procurava o campo, o campo já tinha me encontrado.

Olhando apressadamente pode parecer simples, mas uma mudança de perspectiva tem suas consequências em toda a pesquisa e na construção da tese. No momento em que este desafio começava a ser superado, surgiram novos problemas como consequência da mudança de perspectiva. A partir desse momento, o CEP/Unicamp e suas exigências em defesa da ética na pesquisa, me fizeram questionar que ética estava em jogo, se somente a lógica institucional estava sendo levada a sério? A ética existente no campo não poderia ser parte dessa composição? Uma ética geral pode dar conta de questões específicas de cada campo?

Do ponto de vista institucional, era preciso além de ter autorização do CEP/Unicamp para começar o campo, ter um TCLE assinado para marcar a defesa da tese. Esta discussão não tem o intuito de excluir a ética na pesquisa, mas antes de refletir sobre a atuação do Comitê de Ética da Pesquisa. É importante ressaltar que “o sistema de revisão ética brasileiro foi idealizado tendo as ciências biomédicas como referência de campo disciplinar e técnicas de pesquisa” (Diniz e Guerriero, 2008:78). A partir disso, se cria uma equivalência com a qual colocam-se, na mesma situação, pesquisas que analisam a interação social, realizada com seres humanos, em que o chamado objeto de pesquisa é um interlocutor ativo; e as pesquisas com seres humanos, em que estes serão objetos de intervenções diretas e diante das quais quer-se evitar que sejam tratados como cobaias (Cardoso de Oliveira, 2004).

Nesse ínterim percebe-se também uma dificuldade de compreensão das metodologias que envolvem o trabalho antropológico, bem como a grande dificuldade causada pela aplicação de TCLE em populações de tradição oral (Ferreira, 2010; Heilborn, 2004). Outra questão importante é a imposição da lógica institucional, uma vez que, na antropologia, a aceitação da participação é negociada com os interlocutores ao longo do processo do trabalho de campo, fazendo parte, desse modo, da própria pesquisa. (Bevilaqua, 2010).

O questionamento da lógica institucional dos Comitês de Ética e da aplicação dos TCLEs não pode ser entendido como uma negação ou exclusão da ética em pesquisa e sim como a afirmação de que é necessário considerar as singularidades de cada modo de se fazer pesquisa. Para a Antropologia é muito importante o respeito e o compromisso com o pensamento da comunidade pesquisada. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2010) é necessário manter o respeito com a comunidade em todos os momentos da pesquisa, bem como as responsabilidades éticas que são pilares das atividades de pesquisa dos antropólogos. Três compromissos são apresentados pelo pesquisador:

[...] o compromisso com a verdade e a produção de conhecimento em consonância com os critérios de validade compartilhados na comunidade de pesquisadores; o compromisso com os sujeitos de pesquisa cujas práticas e representações constituem o foco de nossa investigação – daí a ideia da pesquisa *com* seres humanos e não *em* seres humanos; e, por fim, o compromisso com a sociedade e a cidadania, que exige a divulgação dos resultados de pesquisa, usualmente por meio de publicações, e eventualmente demanda a intervenção pública do pesquisador, quando esses resultados são distorcidos para beneficiar interesses que ameacem direitos da população pesquisada (Cardoso de Oliveira, 2010:27-28).

Desse modo, o compromisso e a ética se fazem presentes na pesquisa antropológica sem que seja necessária uma imposição de fora para dentro. O TCLE torna-se uma imposição que pode colocar em risco a própria continuidade da pesquisa, uma vez que os acordos com os interlocutores são construídos ao longo da pesquisa e como uma relação de confiança. Se para pesquisas com seres humanos, isto já gera um problema, imagina numa pesquisa com espíritos?

Ao apresentar o projeto tive que criar dois TCLEs, um para o “cavalo”² das Pombogiras e outro para os consulentes. Incluí somente quatro consulentes devido a dificuldade de utilizar o TCLE em campo e por se tratar de uma pesquisa pela perspectiva das Pombogiras e não das pessoas.

O TCLE impõe os termos, antes da negociação acontecer – é como tentar fazer um acordo sem incluir as partes. Dessa forma, não existe efetivamente um acordo, e o risco do impedimento da pesquisa não advém do Comitê de Ética, mas sim da própria comunidade pesquisada, que pode se sentir desrespeitada. Segundo a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, o TCLE é definido como

[...] documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar (Brasil, 2012).

O consentimento deve ser feito de forma escrita, com linguagem clara e objetiva, segundo a sua definição. Em uma das respostas do CEP/Unicamp a solicitação de autorização para a realização da pesquisa de campo, foi dito que o consentimento podia ser uma gravação. No caso do meu campo, as Pombogiras não autorizavam gravação, logo esta opção foi descartada. Seguindo as recomendações do

2 Pessoa no qual a entidade ocupa o corpo, matéria.

CEP/Unicamp e a definição do TCLE enviei a primeira versão do projeto de pesquisa com a utilização do conceito do campo denominado “acerto”, que é a forma de acordo das pessoas com a Pombogira. A resposta do CEP/Unicamp foi: “solicita-se, ao pesquisador, um TCLE mais claro em relação à sua pesquisa, informando ao participante, em linguagem adequada a seu público, a pesquisa”. Para a aceitação do TCLE retirei o termo “acerto” e fiz algumas mudanças para que o termo ficasse com “linguagem clara e objetiva”.

Assim como a ética imposta é a institucional, sem levar em consideração a ética da comunidade, fica o questionamento: para quem o TCLE deve ter linguagem clara e objetiva? O “acerto” é um conceito do próprio campo, os envolvidos com a pesquisa não somente o conheciam, como era o termo utilizado pelas Pombogiras. Aqui me encontrei numa encruzilhada entre o CEP/Unicamp e as Pombogiras na qual de um lado, estava a retirada do termo para que o TCLE fosse aprovado e também a explicação de alguns termos como “cavalo”; e de outro lado, explicar para a Pombogira e os consulentes a necessidade de assinar algo que já foi autorizado por eles.

Para que o movimento presente na pesquisa não fosse capturado pela lógica estática do CEP/Unicamp, foi preciso mediar a relação entre duas culturas e criar uma possibilidade de comunicação entre elas (Wagner, 2017). O campo se desenvolveu a partir dos “acertos” construídos com as Pombogiras durante a realização da pesquisa, sendo renovado sempre que elas sinalizavam a necessidade. A perspectiva das Pombogiras me fazia questionar o CEP/Unicamp, bem como, a utilização do TCLE a partir dos termos dela. Dessa forma, a imposição institucional apresentava riscos para a realização do trabalho de campo. Foi preciso manter os “acertos” com o campo, bem como, construir acordos com o CEP/Unicamp para ter os caminhos abertos e conseguir realizar esta pesquisa.

Construindo uma encruzilhada

Desenvolver uma etnografia é mais do que aprender uma nova cultura, é ser parte da composição e respeitar a forma de pensamento da comunidade pesquisada. É preciso reconhecer a potência criativa existente no pensamento das Pombogiras. Mas antes disso, foi preciso construir “acertos” com as Pombogiras, pois essa é a forma de se construir vínculo e aliança nessa relação. Como foi visto, o “acerto” é da ordem do movimento entre o lado encarnado e o espiritual, sendo assim, só passa a existir a partir da participação das pessoas e das Pombogiras. Para ter autorização das Pombogiras e poder realizar a pesquisa de campo, foi preciso fazer os “acertos” e renová-los sempre que elas informavam, pois para que o espiritual se movimente era preciso que as pessoas iniciassem o movimento. Através desse movimento, a participação era garantida fazendo do “acerto” essa composição com o lado espiritual.

O “acerto” é uma composição de movimentos entre o espiritual e o encarnado utilizando as forças e energias que nos cercam. É através do domínio da magia no sentido profundo da noção que as Pombogiras nos ensinam a construir os “acertos”. O aprendizado de seguir atento em, não somente construir “acertos”, mas manter e até renová-los com frequência como forma de seguir numa construção de um equilíbrio dinâmico, e também se proteger de possíveis ataques feiticeiros, foi essencial para pensar essa pesquisa como parte dos “acertos” construídos.

Para seguir com a pesquisa foi preciso ficar atento para o risco da feitiçaria capitalista que através do CEP/Unicamp poderia esvaziar a noção de ética. Foi preciso compreender o dispositivo de captura, e utilizar o espírito e a magia para reconhecê-los, diagnosticar os procedimentos envolvidos, e não somente proteger a pesquisa, mas também contra-atacar. A partir desse artigo utilizo a magia para contra-atacar o feitiço com a possibilidade de usar a magia e fazer feitiços me somando a diversos antropólogos no intuito de não só criticar e denunciar, mas contra-atacar. Assim em respeito a ética do campo, em respeito as Pombogiras, que me ensinaram tanto durante a construção dessa etnografia, foi preciso levar elas a sério e utilizar a magia para seguir construindo e renovando os “acertos”, sendo esse artigo também parte dessa composição.

Assim, assumir e respeitar a perspectiva das Pombogiras é colocar o espírito no olhar institucional. Se para o institucional é importante marcar o início da pesquisa, para a Pombogira importa que sua perspectiva seja apresentada e que exista responsabilidade com o trabalho que vai ser escrito. Mesmo assim, muito embora a pesquisa tenha sido realizada com as Pombogiras, foi necessário que o TCLE fosse assinado pelos sacerdotes cujos espíritos ocupam o corpo. O marco inicial do trabalho de campo é importante para realização da pesquisa, segundo o CEP/Unicamp, e a assinatura do TCLE – já que a gravação foi proibida pelas Pombogiras –, também é imprescindível. Dessa forma, é preciso o corpo para que o espírito seja visto pelo CEP/Unicamp, mas sem desrespeitar a autorização das Pombogiras que foram composição nessa pesquisa. Assim como, para ficar visível para todos, a Pombogira ocupa o corpo dos sacerdotes, é com a assinatura dos sacerdotes que o espírito das Pombogiras vai se comunicar com o CEP.

O acordo que precisou ser feito com o CEP/Unicamp é de uma ordem estática e sendo assim, apresenta um impedimento de comunicação com o campo pesquisado. Enquanto isso, o “acerto” permite a comunicação, fazendo com que as exigências do CEP/Unicamp fossem respeitadas, a partir de novos “acertos” e novos movimentos com as Pombogiras. O que torna possível essa comunicação dos diferentes sem excluir a diferença apresentada é a encruzilhada. É a encruzilhada que possibilita o encontro de caminhos diferentes que através do movimento se constrói um novo caminho. Podemos então construir uma encruzilhada entre o CEP/Unicamp e o campo pesquisado em que as partes se permitam encontrar e ser encontradas criando uma composição que passe a respeitar essas diferenças. As Pombogiras já construíramos “acertos” para que criar essa encruzilhada, falta agora o CEP/Unicamp se permitir a ser parte dessa composição.

É preciso que a defesa da ética na pesquisa não se torne somente uma defesa das instituições. O CEP/Unicamp deve deixar de ser o corpo que cria um limite, um obstáculo para ser o corpo que proporciona o encontro entre a pesquisa de campo e suas especificidades, com a importância da ética na pesquisa. Para ser composição com o campo e com as Pombogiras, é necessário construir uma ética na pesquisa que inclua o espírito, assim como as especificidades de cada campo de pesquisa. Os acordos com o CEP/Unicamp podem começar a compreender a noção de “acertos” e se tornar uma composição de participação mútua, em que as partes estabeleçam uma comunicação e, assim, os acordos sejam construídos juntos com a singularidade de cada campo. Dessa forma, é necessário deslocar o comitê e toda a sua institucionalidade estática da referência, e colocar a ética, enquanto movimento presente

que constrói a pesquisa. É preciso encontrar e ser encontrado, ser movimento, e construir essa encruzilhada para criar a possibilidade de inventar novos caminhos, sendo parte dessa composição.

Humberto Manoel de Santana Júnior é Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Ciências Sociais da Unicamp (PPGCS/Unicamp) e Pesquisador de Pós-Doutorado no Programa de Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (PPRER/CEFET/RJ).

AGRADECIMENTOS

Este artigo é um desenvolvimento de parte dos argumentos apresentados em minha tese de doutorado defendida na Unicamp em 2021, para qual recebi apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para a redação deste artigo, contei com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais através da Bolsa de Pós-Doutorado Estratégico (PDPG-POSDOC). Aproveito para agradecer os comentários e contribuições de Daniela Tonelli Manica, Soraya Fleischer, bem como dos colegas do Labirinto/Unicamp. Agradeço também as contribuições de Aline Maia, Marcio Goldman e os demais colegas do Núcleo de Antropologia Simétrica (NAnSi). Por fim, agradeço aos pareceristas da Campos – Revista de Antropologia pelas recomendações e generosas sugestões que contribuíram para o aperfeiçoamento do artigo.

REFERÊNCIAS

- Anjos, José Carlos Gomes dos. (2006). *Território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: UFRGS.
- Anjos, José Carlos Gomes dos. (2008). A Filosofia Política da Religiosidade Afro-Brasileira como Patrimônio Cultural Africano. *Debates do NER*, 13, 77-96.
<https://doi.org/10.22456/1982-8136.5248>
- Baniwa, Gersem Luciano. (2019). Antropologia colonial no caminho da antropologia indígena. *Novos Olhares Sociais*, 2 (1), 22-40.
- Bastide, Roger. (1961). *O candomblé da Bahia: o tiro nagô*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Bevilaqua, Ciméa. (2010). Ética e planos de regulamentação da pesquisa: princípios gerais, procedi-

mentos contextuais. In Soraya Fleischer, & Patrice Schuch (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. (pp. 71-90) Brasília: Ed. UnB; Letras Livres.

Brasil. (2012). Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

Cardoso, Vania Zikán. (2004). *Trabalhando com espíritos: sinais enigmáticos da socialidade negra* (Brasil). (Tese de Doutorado em Filosofia). Universidade do Texas em Austin.

Cardoso de Oliveira, Luís Roberto. (2004). Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos. In. Ceres Vítora et al. (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. (pp. 33-44). Niterói: ABA; EdUFF.

Cardoso de Oliveira, Luís, Roberto. (2010). A antropologia e seus compromissos e/ou responsabilidades éticas. In Soraya Fleischer & Patrice Schuch (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. (pp. 25-38) Brasília: Ed. UnB/Letras Livres.

Carvalho, José Jorge. (1994). Violência e caos na experiência religiosa: a dimensão dionisiaca dos cultos afro-brasileiros. In Carlos Eugênio Marcondes de Moura (org). *As senhoras do pássaro da noite*. São Paulo: EDUSP.

<https://doi.org/10.22380/2539472X.1572>

Castro Santos, Luiz Antonio de, & Jeolás, Leila. (2015). Apresentação: a pesquisa e sua ética, o poder e sua norma. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 3, n. 15, 11-30. <https://doi.org/10.20336/rbs.92>

Diniz, Debora, & Guerriero, Iara C. (2008). Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico. *Revista Eletrônica de Comunicação & Informação e Inovação em Saúde*, v. 2, n. Dez, p. Sup.78-90. <https://doi.org/10.3395/reciis.v2. Sup1.211pt>

Ferreira, Luciane Ouriques. (2010). A dimensão ética do diálogo antropológico: aprendendo a conversar com o nativo. In Soraya Fleischer & Patrice Schuch (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. (pp. 141-158). Brasília: Ed. UnB; Letras Livres.

Fleischer, Soraya. (2018). Uma antropóloga num Comitê de Ética em Pesquisa Social: um relato pessoal. *Amazonica Revista de Antropologia (Online)* 10 (2): 468 – 490. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v10i2.6512>

Heibborn, Maria Luiza. (2004). Antropologia e saúde: considerações éticas e conciliação multidisciplinar. In Ceres Vítora et al. (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. (pp. 57-64). Niterói: ABA; EdUFF.

Lapoujade, David. (2017). *Potências do tempo*. 2 ed. São Paulo: n-1 edições.

- Mauss, Marcel (2017). Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In Marcel Mauss. *Sociologia e Antropologia*. (pp. 387-417). 1ª Edição. São Paulo: Ubu Editora.
- Mulago, Vicent. (1965). *Un visage africain du christianisme*, Présence africaine, Paris.
- Pignarre, Philippe, & Stengers, Isabelle. (2005). *La sorcellerie capitaliste*. Pratiques de désenvoutement. Paris: La Découverte
- Santos, Antônio Bispo dos. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. INCT, Brasília.
- Sarti, Cynthia. (2015) A ética em pesquisa transfigurada em campo de poder: notas sobre o sistema CEP/Conep. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 3, n. 15, 77-96. <https://doi.org/10.20336/rbs.94>
- Schmidt, Maria Luisa Sandoval. (2015). Ética e regramento em pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 3, n. 15, 113-132. <https://doi.org/10.20336/rbs.96>
- Serra, Ordep. (2001). No caminho de Aruanda: a umbanda candanga revisitada. *Afro-Ásia*, 25-26: 215-256. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i25-26.21013>
- Strathern, Marilyn. (2000). Afterword: accountability...and ethnography. In. *Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. (pp. 278-304). London, New York: Routledge.
- Tempels, P. (2005). *Filosofia Bantu*. Ed. Medusa, Milano.
- Víctora, Ceres. (2013). O ético e o legal nos processos de apropriação profissional da experiência social. In Cynthia Sarti & Luiz Fernando Dias Duarte (Org.) *Antropologia e ética: desafios para a regulamentação*. (pp.106-130). Brasília-DF: ABA.
- Viveiros de Castro, Eduardo. (2002). O nativo relativo. *Mana*. Revista de Antropologia. V. 8 (1), 113-148. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132002000100005>
- Wagner, Roy. (2017). *A invenção da cultura*. Trad. Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Ubu Editora.

AS POMBOGIRAS E O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA: ACERTOS, ACORDOS E ENCONTROS NA ENCRUZILHADA

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre a experiência etnográfica de uma pesquisa com as Pombogiras e os encontros e desencontros até a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual de Campinas (CEP/Unicamp), buscando fazer dessa encruzilhada uma composição. Por se tratar de uma etnografia construída a partir da perspectiva apresentada pelas Pombogiras, sendo assim, do espírito que ocupa o corpo do sacerdote ou da sacerdotisa, foram se construindo alguns obstáculos em relação ao Comitê de Ética da Pesquisa. Esse texto nos propõe a reflexão sobre o que podemos aprender com as Pombogiras, a encruzilhada e os “acertos” para uma reflexão sobre a possibilidade de um encontro entre o campo, as Pombogiras e o CEP/Unicamp, pois assim como é preciso seguir a formalidade do CEP/Unicamp, também é preciso que o CEP/Unicamp conheça um pouco das especificidades de cada campo.

Palavras-chave: Encruzilhada; Pombogira; Comitê de Ética em Pesquisa; Composição.

THE POMBOGIRAS AND THE RESEARCH ETHICS COMMITTEE: AGREEMENTS, AGREEMENTS AND ENCOUNTERS AT THE CROSSROADS

Abstract: This article presents a reflection on the ethnographic experience of a research with the Pombogiras and the encounters and disagreements until the approval of the research by the Ethics Committee in Research in Human and Social Sciences of the State University of Campinas (CEP/Unicamp), seeking make this crossroads a composition. Because it is an ethnography built from the perspective presented by the Pombogiras, that is, the spirit that occupies the body of the priest or priestess, some obstacles were created in relation to the Research Ethics Committee. This text proposes a reflection on what we can learn from the Pombogiras, the crossroads and the successes for a reflection on the possibility of a meeting between the field, the Pombogiras and CEP/Unicamp, because, just as it is necessary to follow the formality of the CEP/Unicamp, it is also necessary for CEP/Unicamp to know a little about the specificities of each field.

Keywords: Crossroads; Pombogira; Research Ethics Committee; Composition.

LAS POMBOGIRAS Y EL COMITÉ DE ÉTICA EN INVESTIGACIÓN: ACIERTOS, ACUERDOS Y ENCUENTROS EN LA ENCRUCIJADA

Resumen: Este artículo presenta una reflexión sobre la experiencia etnográfica de una investigación con los Pombogira y los encuentros y desencuentros hasta la aprobación de la investigación por el Comité de Ética en Investigación en Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Estadual de Campinas (CEP/Unicamp), buscando hacer de este cruce de caminos una composición. Por tratarse de una

etnografía construida desde la perspectiva presentada por las Pombogiras, o sea, el espíritu que ocupa el cuerpo del sacerdote o sacerdotisa, se crearon algunos obstáculos en relación con el Comité de Ética en Investigación. Este texto propone una reflexión sobre lo que podemos aprender de las Pombogiras, las encrucijadas y los éxitos para una reflexión sobre la posibilidad de un encuentro entre el campo, las Pombogiras y la CEP/Unicamp, porque, así como es necesario seguir la formalidad del CEP/Unicamp, también es necesario que el CEP/Unicamp sepa un poco sobre las especificidades de cada campo.

Palabras clave: Encrucijada; Pombogiras; Comité de Ética en Investigación; Composición.

RECEBIDO: 22/03/2023

ACEITO: 18/06/2024

PUBLICADO: 01/10/2024



Este é um material publicado em acesso
aberto sob a licença *Creative Commons*
BY-NC